



Diálogos

ISSN 2177-2940



Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

 <https://doi.org/10.4025/dialogos.v25i3.60894>

Vanda Fortuna Serafim

 <https://orcid.org/0000-0001-7707-7792>

Universidade Estadual de Maringá, Brasil. E-mail: vfserafim2@uem.br

É urgente uma discussão historiográfica, em colaboração com as demais áreas do conhecimento, que preze pelo respeito e o reconhecimento às diferentes formas de crenças religiosas, bem como daqueles que não professam religião alguma. Como alertava Marc Bloch (2001) em *Apologia da História ou ofício do historiador*, não se trata de compreender apenas a fidelidade a uma crença, mas a historicidade da mesma. Os processos que cercearam, impulsionaram ou estimularam suas configurações. Trata-se de compreender os jogos de poder, os acertos e negociações, individuais ou coletivos que contribuíram para o desenvolvimento dos mais distintos processos históricos que moldam e são igualmente moldados pela religião.

As instituições educativas podem contribuir para a promoção da diversidade e dos direitos humanos ao desenvolverem práticas pedagógicas que exercitem a sensibilidade diante de qualquer discriminação religiosa. Em 2020, no Brasil, uma mãe perdeu, temporariamente, a guarda da filha de 12 anos, por conta da iniciação da filha em um ritual do candomblé. A denúncia teria partido da avó, evangélica, que não aceita a religião dos orixás. E o mais interessante, é o conselho tutelar receber a acusação e legitimar a “raspagem de cabeça”, como ato de violência a menor.

Mesmo com as justificativas, mãe e filha foram levadas para a delegacia. Só foram liberadas depois de a jovem passar por exame de corpo de delito no IML (Instituto Médico Legal), que não encontrou nenhum tipo de hematoma ou lesão. A adolescente só estava com a cabeça raspada — segundo ela, estava se tornando filha de Iemanjá. Nestes rituais, chamados de feitura de santo, o novo adepto fica 21 dias recluso no terreiro. Durante o retiro espiritual, recebe banhos de ervas e é exposto a fundamentos da religião. A ideia é que ele se purifique, entre em contato com o axé, e de acordo com a tradição, renasça conectado com valores ancestrais da crença. Deste ponto de vista, a passagem pelo terreiro é uma gestação. Raspar o cabelo é um ato sagrado e simboliza

SERAFIM, Vanda Fortuna. Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

tudo isso. [...] Freqüentadora do candomblé há dez anos, a mãe diz nunca ter visto algo parecido. "O pior de tudo é que em nenhum momento ouviram minha filha ou a mim. Simplesmente a tiraram de mim. Eu nunca a obriguei a nada, esse sempre foi o sonho dela. Ela está chorando a todo momento, me liga de dez em dez minutos querendo vir para casa", conta.¹

A situação acima narrada é inconstitucional, desrespeita o Estatuto da Criança e do adolescente (ECA) e reitera valores racistas tão presentes na sociedade brasileira, uma vez que as religiões mediúnicas e afro-brasileiras são aquelas que mais sofrem perseguições, ainda hoje. Evidenciando a necessidade de uma discussão que fortaleça não apenas a necessidade de respeito as crenças e a liberdade de consciência, mas à própria historicidade desses casos de intolerância no Brasil.

Nesse sentido alguns pesquisadores brasileiros trazem questões fundamentais ao salientarem que a forma como a religião se organizou no Brasil foi por meio da imposição. Ser português no século XVI era sinônimo de ser católico e o regime do padroado (que vincula Estado e Igreja) queria expandir esse catolicismo para fora da América. Os indígenas foram forçados a conversão ao catolicismo. Muitos portugueses que vieram para o Brasil, eram recém-conversos e o mesmo aconteceu com os escravos. Os escravizados eram convertidos ao catolicismo, batizados já no navio, durante o tráfico. Eram obrigados a ser cristãos, participar dos ritos e comportar-se como católicos. (SILVA, 2005).

Mas essa conversão não significava aceitação. Os negros eram vistos como católicos de segunda categoria, não eram integrados. Muitas igrejas e capelas eram construídas com uma nave e um alpendre. Os lugares na nave eram reservados aos brancos. Os negros permaneciam no alpendre e assistiam a missa através de portas e janelas. Mesmo nas irmandades, muitos estatutos impediam a filiação de negros e mestiços, especialmente as aristocratas. Os negros, mesmo os livres, não podiam no tempo da escravidão entrar nas ordens religiosas ou almejar o sacerdócio. (BERKENBROCK, 1997).

Destaco esses aspectos para mostrar que os africanos e seus descendentes, em linhas gerais, não criaram fortes resistências ao catolicismo em si. Mas a Igreja era e permaneceu para os negros, como uma propriedade particular dos brancos. Esse é o primeiro ponto, a formação do Brasil, ligado ao regime do padroado e as implicações na formação social e religiosa. Como mostram os escritos de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), pioneiro no estudo das religiões no Brasil e autor de um paradigma científico para o estudo das religiões brasileiras (SERAFIM, 2013, 2017)

1MOURA, Rayane. Mãe perde guarda da filha após jovem participar de ritual de candomblé. In: Notícias UOL. Data: 07/08/2020 às 04h00. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2020/08/07/mae-perde-guarda-da-filha-apos-jovem-participar-de-ritual-do-candomble.htm?fbclid=IwAR2iA--l2dQ7b4FgEOMdEn_8dFsfn8ZMLdGg6fWHDxq1HCu4N8XSilkptWY Acesso: 26/08/2020.

Essas mudanças e adaptações são decorrentes do fato de que a religião dos orixás, no Brasil, nunca pode ocorrer como ocorria em África. Em África a base do culto eram os laços familiares, sanguíneos. A escravidão destruiu e separou as famílias no Brasil, como uma estratégia muito bem pensada. Os escravizados eram separados para serem enviados para os senhores, de modo a evitar comunicação, então eram reunidas pessoas que não falavam a mesma língua, não possuíam a mesma etnia, a mesma cultura, de modo a evitar fuga e insurreições. Ainda assim, no Brasil esses laços de comunidade foram restaurados, por meio das famílias de sangue, mas por meio das famílias de Santo. Fundamentais para a estruturação do candomblé no Brasil. (PRANDI, 2000).

Além da questão dos laços de sangue se transformarem em laços de santo, aqui houve modificação na estrutura hierárquica e aglutinação de funções, aqui assumidas por uma só pessoa. Por exemplo, uma pessoa iniciada e especializadas na África ao culto de um só orixá, aqui tiveram de assumir o culto a diversos ou todos orixás. Esse processo era sentido por quem conheceu a religião na África e tinha de readaptá-la no Brasil, mas para os filhos deles, nascidos e criados no Brasil, esse era o mundo que eles conheciam. As gerações nascidas no Brasil não haviam experimentado essa totalidade africana. Na verdade, as partes possíveis da religião brasileira eram essa totalidade, ocasionando um processo de interpretação própria e desencadeando adaptações. Ritos africanos foram interpretados de outras maneiras, muitas vezes sob a ótica do catolicismo, também comum a essas gerações nascidas no Brasil, que entraram em contato com as crenças indígenas e também o espiritismo. É assim que as religiões africanas se transformaram em afro-brasileiras. (BERKENBROCK, 1997).

Nesse sentido, vemos operar no Brasil, um sincretismo (FERRETI, 2013) em várias direções, entre os cultos e doutrinas africanas; entre essas tradições africanas e o cristianismo católico; entre as anteriores e as religiões indígenas nas religiões afro-brasileiras; e do mesmo modo, com espiritismo francês no século XIX. Processo fundamental para história da formação da Umbanda no Brasil (SILVA, 2005). Além desses, os processos de imigração e migrações regionais contribuem significativamente para a diversidade religiosa no Brasil, sejam com as religiões protestantes europeias, os pentecostalismos da América do Norte, que aqui não fundamentais para formação das crenças que chamamos genericamente de evangélicas. Contribuindo para um quadro de tensões de pensamentos e formas de crer que começam a se formar no século XX e se intensificam na contemporaneidade (MONTERO, 2006; GIUMBELLI, 2010).

Dessa maneira, o século XXI é marcado pelo interesse da historiografia brasileira em perceber a organização das diferentes práticas religiosas frente ao espaço público, acirrando os estudos sobre laicidade.

SERAFIM, Vanda Fortuna. Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

A história do Brasil republicano registra várias ocorrências de protestos contra a presença de “símbolos religiosos” em tribunais, parlamentos e órgãos públicos. Eu mesmo me dediquei a analisar uma dessas situações, que se passou em 1891, na então capital nacional (Giumbelli, 2003). No período recente, é possível localizar uma cadeia de casos que apontam como gênese a situação ocorrida em 2005, no Rio Grande do Sul. Naquela ocasião, um juiz propôs, em um congresso estadual de magistrados, uma moção que sugeria a retirada do crucifixo e de outros símbolos religiosos das salas de audiência de tribunais gaúchos. A moção saiu perdedora, mas teve repercussão ampla. Em 2007, instrumentos legais foram apresentados ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) em favor da retirada de crucifixos que existiam em quatro tribunais e provocaram uma decisão que se pronuncia geralmente sobre a presença desses objetos. (GUIMBELLI, 2010, p. 77-78).

Ainda assim, a notoriedade da diversidade religiosa brasileira, não se traduz do mesmo modo para todas as esferas e denominações.

Embora tenha perdido legitimidade para organizar o mundo público, a Igreja Católica foi uma importante matriz no processo de constituição da esfera pública no Brasil. Ela não deixa de ser Igreja depois da República: ainda hoje é legitimada como responsável pelos ritos civis socialmente válidos. Assim, embora a oposição entre crença e superstição não possa servir de fundamento para o controle das práticas rituais não-católicas, a distinção entre sacramento e rito ainda é reconhecida como perfeitamente legítima. Na medida em que estão na base da formação de nossa esfera pública, alguns códigos católicos ainda são percebidos como aqueles aceitáveis para expressar ou demandar algo no espaço público. Ainda reverberam em nossa ideia de bem comum associações entre religião e verdade, de um lado, e entre feitiçaria e falsidade, de outro. (MONTERO, 2006, p.66).

Apresentamos brevemente esses autores que fundamentam a história do Brasil marcada pela religião como sistema de pensamento que não diz respeito apenas à esfera religiosa, mas também aos discursos jurídicos, médicos, educacionais e políticos, a fim de embasar a necessidade de se ampliar a discussão sobre diversidade religiosa. Vivemos em um país marcado pela diversidade religiosa, historicamente constituída por interações, imposições e hibridismos. É esse panorama que é possível acompanhar a partir das discussões presentes nos artigos que compõe esse dossiê.

Inicialmente, temos um primeiro grupo de artigos que se atentam a diversidade e hibridismos das religiões afro-brasileiras. Iniciando pelo artigo **Exus, Pomba-giras e pretos velhos: o cemitério como espaço sagrado de pertencimento**, de Lourival Andrade Junior, onde se discute os espaços das entidades cultuadas pela Umbanda e as variações de ritos que formaram esta religião brasileira, percebidas também nos locais de atuação de seu panteão de espíritos.

Em seguida, Cairo Mohamad Ibrahim Katrib, em **Mesa dos Orixás: experiências do ofertar e do receber na Umbanda**, se propõe a refletir sobre as experiências simbólicas que

SERAFIM, Vanda Fortuna. Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

envolvem o ritual das oferendas na Umbanda, a fim de apresentar como a temática pode ser relida como tentativa de elucidar, no cotidiano, sentidos e significados representados e referendados como meios de conexão com a sagrado, à luz das vivências e experiências religiosas dos atores sociais envolvidos.

O texto seguinte, **Crenças e manifestações culturais afro-brasileiras na imprensa soteropolitana (1920-1940)**, de Edilece Souza Couto e André Luiz Rosa Ribeiro, analisa as narrativas da imprensa sobre as crenças e manifestações culturais afro-brasileiras, em Salvador, entre 1920 e 1940, por meio de jornais, buscando identificar as homogeneidades e descontinuidades na memória e os fatores de diferenciação nas correlações de força entre grupos separados por tênues fronteiras socioculturais e religiosas.

O artigo **Do catimbó: percurso histórico e debate acadêmico de uma religião afro-brasileira**, de Marcos José Diniz Silva e Artur Cesar Isaia, discute o percurso histórico de uma religião afro-brasileira constituída a partir das manifestações históricas denominadas de catimbó, com raízes coloniais e considerando o debate estabelecido em torno de sua definição, por meio das obras de Câmara Cascudo e Roger Bastide. O catimbó é aqui focado no plano mais dinâmico de suas relações com o campo mediúnico e afro-brasileiro do nordeste, notadamente com a umbanda, candomblé e jurema.

Milton Moura no trabalho intitulado **O feitiço e o transe no romance *O Feiticeiro*, de Xavier Marques**, destaca a obra diversificada do escritor baiano, em especial as temáticas no âmbito da sociabilidade na Baía de Todos os Santos, ao tratar do modo singular como o autor descreve cenas relacionadas à tradição dos Orixás, buscando mostrar como, num meio intelectual marcado pelo etnocentrismo epistemológico, próprio de uma sociedade racista, é possível reconstituir a trama do feitiço e do transe.

O segundo grupo de artigos que compõe esse dossiê, traz importantes reflexões sobre o espiritismo e seu processo de inserção na sociedade brasileira. O primeiro deles, **Raça e reencarnação no Espiritualismo norte-americano: uma visão a partir da crítica de Allan Kardec (1857-1869)**, de Rodrigo Farias e Marcelo Gulão Pimentel, discute o tratamento da questão racial no Espiritualismo Moderno norte-americano, a partir da hipótese de Allan Kardec, na *Revue Spirite*, de que a rejeição dos espiritualistas à crença na reencarnação se deveria ao forte preconceito racial presente nos Estados Unidos.

O segundo artigo, **Um encontro entre militância política e vivência religiosa: as disputas eleitorais de Adolpho Bezerra de Menezes ao senado brasileiro (1886-1900)**, de Flávio Lemos e André Seal, tem por objetivo compreender a atuação política de Adolpho Bezerra de Menezes, no período correspondente a transição entre império e república brasileira, ou seja, após sua conversão

SERAFIM, Vanda Fortuna. Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

pública ao Espiritismo. Sua carreira parlamentar e política é apresentada como um importante elemento para compreender os bastidores da política do período, bem como o engajamento no Movimento Espírita.

Angelica Aparecida Silva de Almeida e Adriana Gomes apresentam o terceiro artigo, **Crime, superstição ou loucura: o Espiritismo no olhar de João Baptista Pereira**, por meio do qual, frente ao código penal de 1890 que considerou a prática do Espiritismo como um crime contra a saúde pública, se analisa os escritos de João Baptista Pereira, autor do código, para investigar suas justificativas para a inclusão do Espiritismo enquanto crime.

O terceiro grupo de artigos, nos ajuda a compreender especificidades das religiões mediúnicas e afro-brasileiras, atentando a recortes mais localizados e casos mais específicos, como o texto **A constituição cultural religiosa afro-brasileira e sua relação com a religiosidade africana e o corpo**, no qual Sérgio Roberto Silveira busca analisar, reconstituir e explicar a constituição cultural religiosa afro-brasileira, a partir da herança recebida da religiosidade advinda da África Negra, baseada no princípio da manipulação da energia vital, além de analisar os significados e a importância atribuídos ao corpo como sujeito e espaço ritualístico, para a revitalização do princípio da força vital.

Fabio Scorsolini-Comin e Alice Costa Macedo, por meio da contribuição **O terreiro e a universidade: estudo de caso etnopsicológico em um terreiro de umbanda de Ribeirão Preto-SP**, buscam discutir os sentidos produzidos sobre as relações entre universidade e terreiro, concluindo que os saberes produzidos no terreiro devem habitar a universidade não na condição de objeto, mas de fonte de conhecimentos úteis à construção de uma universidade mais inclusiva e que valorize a ancestralidade.

O artigo de José Renato de Carvalho Bapt, **Tanto resistência quanto rendição: raça, escravidão e pós-emancipação nas religiões de matriz africana**, apresenta algumas perspectivas sobre certas práticas da umbanda e do candomblé que sugerem formas de memória da escravidão e de como esta é percebida pelos adeptos destas religiões. Como é o caso do culto aos “pretos-velhos”, que propõe uma forma específica de memorizar a escravidão, apontando para as formas de submissão e violência, além das inscrições corporais da escravidão.

Por fim, o artigo **Uma história da África “Nagô” em Sergipe**, de Janaina Cardoso Mello, percorre as vidas de alguns personagens importantes para a resistência cultural e religiosa na cidade de Laranjeiras, em Sergipe, da segunda metade do século XIX ao século XX, perpassando pela fundação do Terreiro nagô Santa Bárbara Virgem e as lideranças do grupo de folguedo conhecido como Taieiras. Inicialmente contado como uma narrativa literária no limiar da micro-história ao

SERAFIM, Vanda Fortuna. Religiões mediúnicas e afro-brasileiras.

contexto mais amplo, termina fazendo referência aos estudos contemporâneos do tema.

Desejo a todas e todos uma boa e profícua leitura!

Profª Dra Vanda Serafim

Organizadora

Primavera de 2021

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da história, ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

FERRETI, Sérgio. *Repensando o sincretismo*. São Paulo: Edusp; Arché Editora, 2013.

GIUMBELLI, Emerson. Crucifixos invisíveis: polêmicas recentes no Brasil sobre símbolos religiosos em recintos estatais. In: *Anuário Antropológico [Online]*, 2011, vol I. Disponível em URL: <http://journals.openedition.org/aa/1019>. Acesso: 02/05/2020.

GIUMBELLI, Emerson. Religião e Espaço Público no Caso do Cristo no Júri Rio de Janeiro, 1891. *Revista Acervo*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 19-42, jul./dez.

MONTERO, Paula. Religião, pluralismo e esfera pública no Brasil. *Novos estud. - CEBRAP* no.74 São Paulo Mar. 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/n74/29639.pdf> Acesso: 02/05/2020.

PRANDI, Reginaldo. O candomblé e o tempo - Concepções de tempo, saber e autoridade da África para as religiões afro-brasileiras. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*. vol.16, no.47, São Paulo Oct. 2001, pp. 43-58. Disponível: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v16n47/7719.pdf> Acesso: 02/05/2020.

SERAFIM, Vanda Fortuna. *Nina Rodrigues e as religiões afro-brasileiras: a "formalidade das práticas" católicas no estudo comparado das religiões (BAHIA – século XIX)*. Maringá: Eduem, 2017.

SERAFIM, Vanda Fortuna. *Revisitando Nina Rodrigues: um estudo sobre as religiões afro-brasileiras e o conhecimento científico no século XIX*. Maringá: Eduem, 2013. 162 p

SILVA, Vagner Gonçalves da. *Candomblé e Umbanda: Caminhos da Devoção Brasileira*. São Paulo: Selo Negro, 2005.